

A Biblioteca Universitária no Brasil: o desafio de participação no desenvolvimento científico e tecnológico na segunda metade do século XX

Edilene Toscano Galdino dos Santos

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciência da Informação, João Pessoa, PB, Brasil

edilenetoscanogs@gmail.com

Eliany Alvarenga de Araújo

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Goiânia, GO, Brasil

y.alvarenga@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.35717>

Recebido/Recibido/Received: 2020-12-22

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2021-11-20

Resumo:

O artigo objetiva traçar uma contextualização histórica da biblioteca universitária brasileira relacionada ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil contemporâneo, especificamente no âmbito do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU, criado na década de 1980. Metodologicamente constitui-se como pesquisa documental de orientação histórica e se apoia nas ações e narrativas decorrentes do citado programa. Para tanto, destaca o processo de planejamento bibliotecário, neste momento histórico, como uma ação de articulação em termos da disseminação da informação científica necessária para apoio a pesquisa científica e tecnológica nacionais, pautada na planificação das políticas de desenvolvimento nacional e setorial, no ponto de vista econômico, científico, tecnológico e educacional. No contexto histórico analisado (segunda metade do século XX) considera-se que a biblioteca universitária brasileira vivenciou, de forma intensa, a função de gestora de transferência do conhecimento científico e tecnológico direcionada a conjuntura do desenvolvimento brasileiro.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Planejamento Bibliotecário. Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

The University Library in Brazil: the challenge of participating in scientific and technological development in the second half of the 20th century

Abstract:

It aims to trace a historical contextualization of the Brazilian university library related to the development of science and technology in contemporary Brazil, specifically within the scope of the National Program of University Libraries-PNBU, created in the 1980s. It supports the actions and narratives resulting from this program. To this end, it highlights the library planning process, at this historic moment, as an action of articulation in terms of the dissemination of scientific information necessary to support national research, based on the planning of national and sectoral development policies, from the economic point of view, scientific, technological and educational. In this historical context analyzed, it is considered that the Brazilian university library experienced, in an intense way, the role of manager of scientific and technological knowledge transfer directed to the situation of Brazilian development in the second half of the 20th century.

Keywords: University Library. Library Planning. Development in Science and Technology. National Plan of University Libraries.

La Biblioteca Universitaria en Brasil: el desafío de participar en el desarrollo científico y tecnológico en la segunda mitad del siglo XX

Resumen:

Tiene como objetivo rastrear una contextualización histórica de la biblioteca universitaria brasileña relacionada con el desarrollo de la ciencia y la tecnología en el Brasil contemporáneo, específicamente en el ámbito del Programa Nacional de Bibliotecas Universitarias-PNBU, creado en la década de 1980. Apoya las acciones y narrativas resultantes del programa antes mencionado. Para ello, destaca el proceso de planificación bibliotecaria, en este momento histórico, como una acción de articulación en cuanto a la difusión de la información científica necesaria para apoyar la investigación nacional, a partir de la planificación de políticas de desarrollo nacional y sectorial, desde el punto económico, científico, tecnológico y educativo. En este contexto histórico analizado, se considera que la biblioteca universitaria brasileña vivió, de manera intensa, el rol de gestor de transferencia de conocimiento científico y tecnológico dirigido a la situación del desarrollo brasileño en la segunda mitad del siglo 20.

Palabras clave: Biblioteca Universitaria. Planificación de bibliotecas. Desarrollo científico y tecnológico. Plan Nacional de Bibliotecas Universitarias.

1 Introdução

No Brasil, o planejamento bibliotecário segue na trajetória de planejamento econômico-educacional que se espalha por toda a América Latina, sendo apoiado por organismos internacionais como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que incluem o fomento aos planos nacionais de serviços bibliotecários, como fator de apoio ao desenvolvimento de sistema informação ciência e tecnologia.

Esta análise objetiva traçar uma contextualização histórica da biblioteca universitária brasileira relacionada ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil contemporâneo, especificamente no âmbito do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU, criado na década de 1980.

Em termos metodológicos, constitui-se como pesquisa documental de orientação histórica e se apoiou nas análises das ações e narrativas decorrentes do citado programa. Desta forma, num primeiro momento, a delimitação do campo de pesquisa foi feita a partir de documentos de acesso público relativos ao PNBU junto as seguintes instituições governamentais: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior-MEC/SESU, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Num segundo momento metodológico esta pesquisa também buscou dados e informações junto a profissionais bibliotecários envolvidos com a gestão do PNBU.

2 A Biblioteca Universitária: o trajeto de uma história vinculada a organização da universidade brasileira

Conforme Miranda (1979),

A nossa é uma sociedade emergente onde, geralmente, o nosso bisavô era analfabeto, nosso avô concluiu o curso primário e nossos filhos, pelo menos alguns deles, chegam à universidade, sem haverem convivido com livros em casa, sem nunca terem frequentado boas bibliotecas públicas. Isto é válido para alunos e para professores e só a novíssima geração de professores utiliza grandes bibliotecas para a elaboração de suas teses e pesquisas. Ao contrário, a grande maioria supriu a carência de serviços bibliotecários hábeis e ágeis organizando suas bibliotecas privadas ou as coleções departamentais para consulta imediata. (MIRANDA, 1979, p.179).

É neste contexto que, no tempo histórico, se vai dando o progresso da educação se tornar um dos motivos de avanço social e técnico na sociedade cumprindo uma função em seus diferentes níveis que arrolam as fases humanas da infância a vida adulta. A biblioteca, assim adjetivada de acordo com essas fases, se insere nesse contexto como espaço de cultura e de disseminação de informação.

A organização da sociedade em seu nível de conhecimento faz surgir a universidade que

siempre se ha considerado que para que una universidad pueda ser considerada como tal debe reunir ciertos requisitos y contar con las dependencias académicas y administrativas necesarias para su organización. Entre éstas se encuentra la biblioteca universitaria, ya que la biblioteca ha sido, desde los orígenes de la universidad, un elemento de apoyo a la docencia, la investigación y la extensión de la cultura, actividades fundamentales de la universidad. (LUGO, 1983, p. 105).

Sendo assim, a universidade brasileira não poderia existir sem seguir a regra de ter nas suas universidades iniciais uma biblioteca que desse suporte à investigação e à difusão da cultura. Ainda que isto seja um fator historicamente recente, até por ser a universidade brasileira um fato recente do século XX. Dessa forma, pode-se ver a evolução da biblioteca universitária no Brasil no quadro 1 a seguir.

Quadro - Extrato histórico da biblioteca universitária no Brasil.

PERÍODO	CONTEÚDO
A partir 1900	- Referências às Bibliotecas no Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário.
Década de 1940	- Criação de Bibliotecas Centrais Universitárias para atender as novas Universidades.
Década de 1960	- Introdução do Planejamento Bibliotecário no Brasil. - O Conselho Federal de Educação (CFE) inclui a Biblioteca como requisito para reconhecimento de Instituições de Ensino Superior. - A Reforma Universitária define novos parâmetros pra a Universidade, acarretando nova perspectiva administrativa para as Bibliotecas como: centralização, coordenação e cooperação para racionalização das atividades.
Década de 1970	- As Bibliotecas Universitárias sofrem influência de Planos Nacional de Desenvolvimento.
Década de 1980	- Criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. - Política Pública para a biblioteca universitária por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias com a Portaria 286/1986 e o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias com a Portaria 287/1986.
Década de 1990	- Institucionalização do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior por meio do Decreto 98.964/1990.
Século XXI	- A biblioteca intensifica o uso de Tecnologias de Informação e torna-se difusora de iniciativas de acesso aberto como a Scientific Eletronic Library Online (Scielo), Biblioteca de Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES.

Fonte: Cunha & Diógenes (2016).

Assim, é possível perceber que a biblioteca universitária se insere no contexto da Universidade, cujo objetivo é o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de geração de conhecimento e transmissão de saber, no cumprimento de sua função educacional e cultural na sociedade. A biblioteca universitária por sua vez tem com seus objetivos o cumprimento de aquisição bibliográfica, tratamento técnico da informação, recuperação da informação e disseminação da informação. Porém não é uma entidade autônoma, está vinculada à universidade como sua mantenedora, mas seus objetivos *“devem estar vinculados à função da universidade, devendo possuir, ainda, um caráter educativo, informacional, social, econômico, político e recreacional”*. (KLAES, 1991, p. 19). Dessa forma, a biblioteca universitária inserida na universidade deve cumprir também o objetivo de dar suporte nas atividades do ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, deveria a biblioteca integrar a política nacional de informação, que era orientada pelo National Information Systems (NATIS). Vivia o Brasil uma fase desenvolvimentista em que a universidade era partícipe e por razões de uma necessidade premente por informação, a biblioteca universitária era chamada a se desenvolver e se atualizar enquanto organização para atender a demanda por informação que era imprescindível ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O National Information Systems (NATIS) estabeleceu objetivos que deveriam ser cumpridos por todos que integrassem o sistema nacional de informação, por parte da biblioteca universitária esta teria que: despertar no usuário o interesse pela informação, que seria

realizado pelo conteúdo da educação do usuário de competência da biblioteca, avaliar a necessidade do usuário de maneira a planejar programas de aquisição de acordo com os interesses das áreas mais prioritárias ao desenvolvimento do país, disseminar a informação de acordo com o interesse de cada usuário, análise dos recursos de informação existentes, isto prediz um diagnóstico da biblioteca universitária brasileira, levantamento do nível de recursos humanos, com vistas ao desenvolvimento de cursos para o setor, planejamento da necessidade de tecnologia da informação. (CUNHA, 1977).

Esse desenvolvimento fomentado por organismos internacionais e que atingiam a biblioteca universitária era consequência de uma explosão da informação depois da segunda Guerra Mundial, que alcançou um vulto espantoso que só aumentou ao longo do tempo. Já nesse momento era preciso traçar estratégias para lidar com essa nova forma de ver o mundo através do desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, GRANJA (1978, p. 17) afirma que

face a esse ritmo acelerado de transformações, que se registram globalmente, depositamos nas organizações humanas nossas esperanças de que sejam capazes tanto de gerar mudanças quanto de se adaptarem a essas transformações com vistas à sua própria sobrevivência.

Assim, a biblioteca universitária brasileira que nem bem tinha começado a se estabelecer já começa por se reinventar, alterando sua forma de organização para atender a uma universidade cada vez mais exigente por informação através de seus cursos de Pós-Graduação, que buscavam o desenvolvimento de pesquisas e a geração de informação científica nacional sobre os mais variados aspectos do desenvolvimento que era exigido naquele momento.

E ainda que fosse parte integrante de todo esse sistema de desenvolvimento científico a biblioteca universitária brasileira ainda não estava preparada para atuar de maneira soberana na difusão do conhecimento que era exigido no processo de ensino e pesquisa.

Para tanto, Granja (1978, p. 18) constata que *“as bibliotecas não constituem, salvo possíveis exceções, prioridade orçamentária nas universidades”*. Havia uma dissonância entre o que era exigido da biblioteca universitária e o que a ela era garantido para atendimento de todas as necessidades de um desenvolvimento satisfatório.

Diante da realidade da biblioteca universitária, na década de 1970, bem como em pleno vigor dos planos de desenvolvimento científico e tecnológico, e

sendo, as bibliotecas universitárias um dos instrumentos principais na assimilação individual do conhecimento científico faz-se necessário e urgente que sua atuação liberte-se das limitações presentes para que possam realmente oferecer uma contribuição decisiva aos planos

nacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. (GRANJA, 1978, p. 19).

O quadro insatisfatório da realidade da biblioteca universitária apontado pela literatura mostra o descompasso entre o que se queria e o que era possível fazer. Mas Gomes (1975, p. 64) afirmava que a biblioteca universitária tinha por *“função principal permitir adequada e rápida transferência de conhecimento entre as comunidades científicas”*. Porém, como realizar tamanha responsabilidade diante de uma realidade de dificuldades?

Suscita tal realidade uma reação da classe bibliotecária e personalidades individuais a pesquisar essa realidade tão adversa para um momento de euforia desenvolvimentista. Assim foi o trabalho de Antônio Miranda quando traça um perfil e o diagnóstico das bibliotecas dos cursos de Pós-Graduação em educação no Brasil. A realidade de uma área isolada no estudo não era muito diferente nas demais bibliotecas universitárias das universidades brasileiras.

Mostra o documento que não havia um modelo único para as bibliotecas, dividindo-se em sistema centralizado e sistema descentralizado, existiam problemas no treinamento de usuário, ainda incipiente, no intercâmbio Inter bibliotecário que poderia potencializar a coleção na oferta de informação, ainda existindo bibliotecas departamentais ou coleções privadas de professores, o catálogo coletivo em alguns casos existia, mas não era usado em sua potencialidade. (MIRANDA, 1977 b).

Portanto, a biblioteca universitária na década de 1970 e até meados da década de 1980 não oferecia condições de atender cursos cada vez mais diversificados e a emergência de uma Pós-Graduação alavancada pela política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa realidade só sofre mudanças com a proposta do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que preconiza a estruturação da biblioteca universitária para as exigências de uma nova realidade de desenvolvimento para o Brasil.

Em linhas gerais, o desenvolvimento da biblioteca universitária no Brasil tem seu progresso atrelado diretamente ao nível de estruturação da Universidade brasileira. Seu espaço de preservação e socialização do conhecimento evidencia-se com a implantação e consolidação da Pós-Graduação e com a orientação de organismos internacionais para formação de sistema de informação. No Brasil havia as bibliotecas universitárias como fator integrativo e difusor de conhecimento no território nacional, principalmente de informação científica e tecnológica, o que sem dúvida, serviu de esteio para a otimização da pesquisa nas Universidades, a qual, por sua vez, promove um aperfeiçoamento da ciência brasileira.

3 Planejamento bibliotecário como estratégia de desenvolvimento para biblioteca universitária

No tocante ao Planejamento Bibliotecário no Brasil, de acordo com Miranda (1977a, p.55) em um texto crítico, a “postulação da ideia de planejamento bibliotecário era dirigida para uma elite governamental imatura e conservadora, relutante e desconfiada desses conceitos revolucionários”.

Certamente que pensar em planejar ações que significassem investimento na instrução e pensamento crítico da população significava uma subversão, motivo para desconfiança, alimentada por uma elite governamental que mantinha a crença na ignorância como meio mais óbvio para manter populações sob seu jugo.

O ideário de bibliotecários que imaginavam um planejamento conjunto com o planejamento educacional e plano geral de desenvolvimento é discutido na “Conferência de São Paulo” em 1951 fortalecendo essa ideia não apenas para a América Latina e Brasil, mas para o resto do mundo.

No contexto histórico, Sabor (1977) relata que a década de 1950 foi muito auspiciosa no tocante ao amadurecimento do pensamento de planejamento bibliotecário em toda a América Latina com uma prática científica desenvolvida nos encontros, tanto de bibliotecários que discutiam o assunto, quanto de governos que discutiam o planejamento educacional na América Latina, mas não mencionavam a biblioteca universitária, as discussões eram passageiras relativo ao planejamento da biblioteca escolar.

Desse modo, “hasta 1959, la idea del planeamiento bibliotecário sólo habia comenzado a surgir em la mente de algunos bibliotecários, que aún no habían encontrado la oportunidade de expresarla em uma reunión importante de alcance regional” (SABOR, 1977, p. 50).

Foi Carlos Vitor Penna, na condição de diretor regional da UNESCO, quem introduziu o planejamento bibliotecário na América Latina, por meio de seu artigo “*Planificación de los servicios bibliotecários: los servicios bibliotecários y el planeamiento de la educación*”. Embora, desde a década de 1950 as discussões viessem ocorrendo em outras partes do mundo, só foi esta comunicação científica que despertou a América Latina para uma ação mais realista ao planejamento bibliotecário. Considerar tal planejamento uma atribuição de racionalidade administrativa é um marco para a América Latina, ao considerar que tal planejamento não poderia acontecer de forma isolada, porém dentro de uma reforma educacional, como parte de um macroplanejamento de desenvolvimento nacional. (SABOR, 1977),

Mais dois acontecimentos marcantes ocorreram em 1960 no México que foi o “*Seminario Latinoamericano de Bibliografía e Documentación y canje de Publicaciones*”, foi também o terceiro “*Seminario Bibliográfico de Centro América y del Caribe*”. Estes acontecimentos tiveram

como resultado o “*Llamamiento de Mexico*”, um manifesto que chama a atenção de instituições a se unirem em favor de um planejamento bibliotecário na América Latina. (SABOR, 1977, p. 51).

Dessa forma, o manifesto conclama

a la UNESCO y la OEA, para que convoquen, a la brevedad posible – previa una adecuada preparación em el plano nacional e internacional –, um encuentro entre representantes – por um lado – de la planificación nacional, de los educadores, economistas, científicos, industriales y – por outro – de bibliotecários, bibliógrafos y documentalistas cualificados. Y ello para que determinen la manera más adecuada de integrar las actividades bibliotecarias em general con el desarrollo económico, científico, técnico, cultural y social dos los países latino-americanos; a la CEPAL, para que incluya entre sus estudios y proyectos de desarrollo económico el fomento de las actividades bibliotecarias, bibliográficas y de documentación. (SABOR, 1977, p. 51).

Para pensar o planejamento enquanto estratégia da biblioteca no contexto brasileiro era preciso considerar a conjuntura socioeconômica do País, com discussões metodológicas ao examinar o processo informativo-educacional e cultural numa sistemática de planejamento de um país em desenvolvimento, de maneira que o bibliotecário tivesse as competências necessárias e o reconhecimento de seu papel frente a uma análise do planejamento econômico, educacional, científico e cultural. (MARTINS, 1980).

Nesse sentido a obra de Myriam Gusmão de Martins “Planejamento Bibliotecário”, é referência como manual para uso na formação de futuros bibliotecários num despertar de uma consciência programadora para atuar em planejamento bibliotecário. (MARTINS, 1980). A experiência na elaboração dessa obra foi adquirida junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que era influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e as ações de planejamento governamental, de amplitude nacional, também com enfoque no desenvolvimento regional.

Para que os planos de desenvolvimento bibliotecário no País tivessem êxito deveriam considerar a condição econômica do País, visto ser preciso um aporte de recursos com essa finalidade, daí a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento nacional, para ter chance de projetos relativos ao desenvolvimento de serviços bibliotecários aprovados e mesmo beneficiados com aporte de recursos de agências nacionais e internacionais. (MARTINS, 1980).

Diante do exposto, é a partir da inclusão do plano educacional, dentro do plano global de desenvolvimento, que se começa a pensar o planejamento bibliotecário no Brasil.

Para Penna (1973 *apud* MIRANDA, 1977a)

os planos de desenvolvimento bibliotecário terão a chance de ser aprovados, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os recursos existentes têm que ser usados com o máximo proveito. A

menos que eles sejam integrados nos planos gerais de desenvolvimento, resulta pouco provável que os planos bibliotecários consigam atrair o apoio nacional ou a ajuda bilateral.

Dessa forma, o planejamento bibliotecário, isolado de um plano educacional ou de um macroplanejamento para o desenvolvimento, não conseguiria lograr um desenvolvimento substancial a não ser com um plano bibliotecário, mas por que diante de tantas carências infra estruturais, incluindo a educacional, pouco se percebe, quanto a população, um reclame por bibliotecas?

Contudo, se um plano global de desenvolvimento deve integrar microplanos, como poderia ser um planejamento bibliotecário para o país?

Além da “Conferência de São Paulo”, o evento da Cidade do México em 1960 consolida o conceito de plano global recomendando que o planejamento bibliotecário fosse integrante do processo socioeconômico.

Em 1961 em Monticello-Illinois, outro evento desta vez com ênfase na importância da biblioteca universitária apontava alguns aspectos como a relevância da Biblioteca para o ensino e a pesquisa. Data de 1963 a ideia de planejamento global para bibliotecas universitárias no Brasil, em face de ainda a prioridade os planos globais serem meramente econômicos. (TARAPANOFF, 1987).

Contudo, inovações no pensamento dos bibliotecários brasileiros tais como: *“comunicação, cooperação, coordenação e planejamento causaram impacto à realidade até então existente no Brasil”*. (TARAPANOFF, 1987, p. 15). É neste contexto que surge o conceito de planejamento bibliotecário voltado para as bibliotecas universitárias, dentro de planos globais para a educação que, por sua vez, integraram os planos globais de desenvolvimento do país.

Pode-se, portanto, atribuir a introdução do planejamento bibliotecário no Brasil a uma convergência de pensamento progressista que envolvia a América Latina na segunda metade do século XX.

O afluxo de informação sobre toda forma de conhecimento, bem como da Biblioteconomia, repercutiu no Brasil com uma demanda por formação qualitativa de uma classe bibliotecária articulada, capaz de concretizar ações de arquitetura de planejamento bibliotecário, que foi se propagando de maneira a demandar a institucionalização de política de informação para fazer frente à evolução científica, educacional, cultural, econômica e social do Brasil.

Nesse contexto, o planejamento bibliotecário no Brasil se torna um fator que adquire aspecto de ordenação a partir da década de 1970, influenciado pelo planejamento econômico e

pelas políticas de promoção à ciência e tecnologia. É com a necessidade de um setor que distribuisse informação científica de qualidade que há a percepção da necessidade do planejamento da biblioteca universitária no Brasil.

Dessa forma, Miranda (1977a, p. 52) considera que o planejamento “consiste em diagnosticar as necessidades, identificar os objetivos, requerer assistência, distribuir e fiscalizar os recursos, avaliar os desempenhos e desenvolvimentos e recomendar as necessárias adaptações”. Esse conjunto de ações ordenadas compõe os princípios de organização de um processo de planejamento.

Transpor esse conhecimento de planejamento ao ambiente bibliotecário em especial a biblioteca universitária constitui um desafio. Ainda na década de 1970,

esforços isolados de observação e interpretação de dados nos levam a concluir que as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades. (LIMA, 1977, p. 850).

Esta falta de objetivo da biblioteca universitária brasileira é decorrente da ausência de menção na reforma universitária de 1968, a qual não foi pensada como fator estratégico da universidade, nem como elemento fundamental ao processo de investigação e aprendizagem.

No concernente ao contexto da América Latina, na década em 1962 foi realizado em Mendoza um Seminário Regional sobre o *Desarrollo de las Bibliotecas Universitárias* apontando um diagnóstico nada satisfatório com escassez de serviços adequados à docência e a investigação e carência de pessoal qualificado para o desenvolvimento de uma biblioteca universitária (LUGO, 1983).

A realidade da América Latina não era diferente no Brasil já na década de 1970 a 1980, sendo consideradas ilhas de excelência a biblioteca da universidade de Brasília e a Universidade de São Paulo. Enquanto isso, a realidade da biblioteca universitária no país suscitava passar por um diagnóstico, tanto que, Lima (1977, p. 850) afirmava que “seria certamente necessária à criação de um Grupo de Trabalho, com funções objetivas de planejar e realizar o estudo, para apresentar resultados e sugestões dentro de um prazo pré-estabelecido”, como sendo uma função do Estado descobrir a realidade da biblioteca universitária brasileira.

Lima (1977, p. 850) ao citar a Reforma Universitária de 1968, diz que só seria feita uma reforma que passasse pela

redefinição de conceito de suas bibliotecas, de maneira a transformá-las em um instrumento dinâmico de transferência de conhecimentos,

muito diferente da instituição passiva de nossos dias que, com maior ou menor sucesso, armazena e organiza os seus acervos, à espera de uma percentagem reduzida de clientes que as procuram para satisfazer obrigações escolares.

Em continuidade, ao mostrar a realidade da biblioteca universitária brasileira Lima (1977, p. 850) apresenta que

as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades.

Embora considere que a Pós-Graduação impulsiona o crescimento da biblioteca, este não se dá de forma sistemática, a fim de apresentar um quadro satisfatório que se necessitava, tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico do momento.

Considera ainda a autora que diante do quadro da biblioteca universitária na década de 1970 para o planejamento desta, deveria passar pela caracterização das unidades de ensino superior, considerando como pontos principais a formação de acervo e de pessoal qualificado com uma nova postura no pensar novos serviços de atendimento informacional da comunidade universitária. (LIMA, 1977).

Evidencia-se, portanto, a necessidade de planejamento para desenvolver a biblioteca universitária. A realidade brasileira, entretanto, apresentava uma biblioteca universitária sem autonomia orçamentária e, dependendo de circunstâncias socioeconômicas e culturais, uma possibilidade de mudança estaria na reforma universitária que estabeleceu os princípios para o desenvolvimento da universidade brasileira.

Entretanto, havia uma omissão da reforma universitária quanto à biblioteca universitária, este fato retarda seu desenvolvimento, pois cabia ao bibliotecário a interpretação dos princípios da reforma para adaptação ao âmbito da biblioteca universitária. Outros fatores como: desconhecimento por parte do bibliotecário dos objetivos da universidade; isolamento da biblioteca; distorção na visão da universidade quanto ao papel da biblioteca nesse contexto universitário, entre outros, foram dificuldades enfrentadas para se ter a biblioteca universitária em um lugar de destaque dentro do ensino superior do País. (TARAPANOFF, 1987).

Ao se pensar em ensino superior se faz imprescindível, também, se pense em bibliotecas, pois a universidade tem na biblioteca universitária seu suporte para o ensino, pesquisa e a extensão, de maneira que

atualmente a biblioteca é importante para o ensino em geral, no ensino superior seu papel é proeminente em virtude do valor da

própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível o formidável avanço tecnológico e científico que se registra todos os campos do conhecimento. (FERREIRA, 1980, p. 7)

Dessa forma, a biblioteca universitária se reveste de uma relevância para uma nova concepção de planejamento para o desenvolvimento científico e tecnológico, cujas fronteiras são cada vez mais avançadas.

4 A participação da biblioteca universitária no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro: na segunda metade do século XX

Na década de 1970 e 1980, são implementados três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), trazendo em seu escopo outras planificações como o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), cuja função era *“assessorar o governo na formulação da política nacional de informação científica e tecnológica”*. (TARAPANOFF, 1984, p. 295).

O desenvolvimento do país através de Planos de Desenvolvimento e de Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) promove um crescimento da ciência e tecnologia devido às pesquisas ocorridas no âmbito da universidade. Isto atribui às bibliotecas universitárias a finalidade que *“competem fornecer serviços de informação científica e tecnológica em níveis compatíveis com as necessidades dos usuários servindo de apoio imprescindível a essas atividades”*. (MERCADANTE, 1990, P. 13).

Notadamente, num contexto de desenvolvimento científico e tecnológico e de um desenvolvimento da universidade com expressão para a Pós-Graduação, a biblioteca universitária transforma-se num instrumento de transferência de informação científica e tecnológica. Entretanto, inserida em um contexto educacional complexo de baixa produtividade científica e de pouco financiamento de sua estrutura, não consegue estabelecer contato com a excelência que se exige de um ambiente transformador e gerador de novos conhecimentos.

Contraditoriamente ao pensamento do momento sobre a biblioteca universitária de ambiente de informação científica e tecnológica do país, a mesma

encontra-se na situação contraditória [...], em que, embora detentora dos maiores e melhores acervos em C&T, com uma clientela potencial das mais importantes para o País, não dispõe dos mínimos recursos para a consecução de sua principal finalidade: a transferência da informação. (SANTANA, 1989, p. 39)

Essa realidade é verificada ainda numa perspectiva de décadas de abandono em que a falta de infraestrutura para a biblioteca universitária cerceia suas ações impedindo que tenha um papel mais proeminente nas ações de desenvolvimento científico, ainda que seja a principal

fonte de informação científica de que dispunha o país. Para Gomes (1975, p. 72), ao discutir a biblioteca universitária como integrante do Sistema Nacional de Informação Científica, revela que “indiscutivelmente a maioria dos recursos informativos se encontra, no Brasil, nas bibliotecas universitárias. Apesar de todas as deficiências, são elas as privilegiadas em organização, acervo e recursos humanos”.

A biblioteca universitária, mesmo não tendo citação direta em cada Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e nem em algum Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), estava imbuída de relevante participação no Sistema Nacional de Informação Ciência e Tecnologia (SNICT) por meio da comutação bibliográfica. Em agosto de 1980 numa ação do Ministério da Educação-MEC (por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES) foi criado o Programa de Comutação Bibliográfica-COMUT. Neste mesmo ano, por meio de um termo de ajuste, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq passa a integrar como corresponsável, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT as atividades de comutação deste programa. Desta forma, a criação de um catálogo nacional, permitia o acesso à informação entre os pesquisadores de qualquer parte do país, tendo nas bibliotecas universitárias repositórios de periódicos, e da produção nacional de informação advinda das pesquisas na Pós-Graduação (Dissertações e Teses) que minorava a dificuldade de acesso à informação para fins de pesquisa científica, contribuindo para a disseminação de informação em um país continente.

Segundo Gomes (1975), o catálogo coletivo permitiria, ainda, ao Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), realizar estudos de coleção para formação de acervos visando uma melhor distribuição da informação e ainda subsidiar um possível programa de aquisição planejada e afirma que,

este programa é do maior alcance para o país não interfere na política de aquisição de cada biblioteca; pelo contrário procura estimular cada uma a cobrir, dentro da prioridade que julga conveniente, de maneira completa e sistemática, literatura sobre um determinado ramo específico do conhecimento. Desta forma será possível assegurar, no país, pelo menos uma cópia de cada documento relevante produzido mundialmente. (GOMES, 1975).

Dessa forma, a biblioteca universitária se consolida como centro difusor da informação científica, embora seja carente de um planejamento que a desenvolvesse de forma estrutural, em seus aspectos organizacional, serviços, arquitetura e recursos humanos.

A partir desse contexto surge a criação da Comissão Nacional de Diretores de Biblioteca Centrais Universitárias, cujo resultado foi a criação da Associação Brasileira de Bibliotecas

Universitárias (ABBU), que tinha por objetivo “reunir dirigentes das bibliotecas universitárias para debater e reivindicar condições de desenvolvimento para as bibliotecas universitárias do país”. (GARCIA, 1991, p.5). Entretanto, não teve a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU) vida longa, surgindo o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que passou a ser um importante fórum para discussão do papel da biblioteca universitária, diante da reforma universitária e do planejamento bibliotecário para bibliotecas universitárias no Brasil.

Tais discussões poderiam ser vistas como um diagnóstico da realidade da biblioteca universitária na década de 1970 a 1980, na forma que a sociedade brasileira trata suas bibliotecas, sendo a biblioteca universitária a melhor situação como já descrita por Gomes (1975), e mesmo assim carente de uma atitude de planejamento que não estava apenas nos dirigentes dos órgãos administrativos, mas no próprio meio dos bibliotecários que não havia uma ação coordenada com a finalidade de mudar essa realidade de carência da biblioteca brasileira. Embora as discussões começassem a ser levantadas no seio de uma prática científica necessária que foi realmente a criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) que proporcionou a primeira experiência brasileira de planejamento da biblioteca universitária de maneira sistematizada, através de uma prática científica onde ocorreram as discussões nos primeiros Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que foram, de fato, o fórum para formulação de uma planificação da biblioteca universitária brasileira, intento que se torna realidade a partir da segunda metade da década de 1980, com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). E mais tarde o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) se tornaria o palco das reflexões e análise dos projetos implantados pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Este evento foi fundamental para a criação de uma mentalidade de planejamento “*que implica a capacidade de identificar e analisar problemas e oportunidades, na habilidade de relatar causa e efeito, e de prever os prováveis resultados*”. (OLIVEIRA, 1995, p. 54). Para aquele momento político e econômico, esta mentalidade se configurava como fundamental para a oportunidade em evidenciar os problemas que enfrentavam as bibliotecas universitárias e extrair as recomendações, as sugestões que possivelmente fossem aplicadas no progresso da biblioteca universitária como suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Nessa perspectiva de discussões de como deveria ser a biblioteca universitária para o Brasil surge o componente planejamento que é constituído de forma multidisciplinar por bibliotecários, arquitetos e outros profissionais que pudessem integrar a equipe que modelaria a biblioteca universitária brasileira em seus diversos contextos, entre eles o arquitetônico. Dessa

forma, para trabalhar no âmbito do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), considera que

o conceito de equipe de planejamento é da maior importância para o sucesso do planejamento da biblioteca universitária. Devemos distinguir, no entanto, duas instâncias diferenciadas da equipe, que refletem dois níveis do processo de tomada de decisão. Um primeiro nível, em que as decisões têm um caráter predominantemente político e outro, de sentido mais técnico. Evidentemente, estas duas instâncias não são estanques. Ao contrário, são mutuamente dependentes. Corresponde ao primeiro nível a "equipe decisória", e ao segundo nível a "equipe técnica". As duas equipes compõem o que chamamos a "equipe de planejamento" da biblioteca. (GALBINSKI & MIRANDA, 1993, p. 9).

É nesse formato que é constituído o planejamento da biblioteca universitária brasileira, no que foi imprescindível para seu desenvolvimento e afirmação no contexto universitário, de maneira a cumprir a função primordial que é atender adequadamente a comunidade na qual está inserida.

Logo, deve ser objetivo das políticas de informação enviaar esforços nas ações coordenadas que possam incluir “as bibliotecas na realidade educacional e administrativa da universidade, implementando políticas de planejamento, fomento à pesquisa, gerenciamento das tecnologias e desenvolvimento das coleções e serviços de informação”. (DIAS; SILVA & CERVANTES, 2013, p. 46). Inserida num contexto de planificação para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil, cujo diagnóstico demandava uma estruturação para atuar na disseminação e recuperação da produção científica, reivindicada pela comunidade acadêmica em função da organização da Pós-Graduação nas Universidades brasileiras. O planejamento da biblioteca universitária brasileira constitui um esforço para transformar a realidade dessa entidade de vital importância para a Universidade e culmina em ações de delineamento estrutural da biblioteca universitária, em sua função social e cultural para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a biblioteca universitária se reveste de uma ação que lhe atribui modernidade e a capacita para os dias atuais como um sistema organizacional e tecnológico que considera sua característica de ser o elo entre a capacidade de investigação e a fundamentação científica de uma prática de pesquisa que ainda é gerida no seio da universidade brasileira, como seu principal ambiente de desenvolvimento científico e tecnológico.

Por fim, o planejamento da biblioteca universitária no Brasil atinge uma estruturação consolidada com a implementação do Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU), instituído pela Portaria n. 287/1986, composto por 12 Diretrizes: planejamento organizacional; planejamento de recursos humanos; planejamento de recursos físicos; formação e

desenvolvimento de coleções, processamento técnico dos documentos; automação de bibliotecas; usuários e serviços; e, cooperação de recursos informacionais.

Esse nível de organização só se dá a partir da importância que a planificação alcança na sociedade brasileira e o planejamento bibliotecário da biblioteca universitária está associado a esse contexto como plano setorial necessário para integrar o desenvolvimento científico e tecnológico preconizado nas políticas de Ciência & Tecnologia e de Informação Científica e Tecnológica, concebidas na segunda metade do século XX, como mola propulsora do progresso da ciência brasileira.

4 Considerações finais

A história da biblioteca universitária brasileira, possui uma participação fundamental na disseminação da informação científica no Brasil na segunda metade do século XX, agregada a Universidade Pública, que se tornou um dos principais campos do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Esse processo se consolida com a estruturação da Pós-Graduação, que passa a contribuir com o processo de pesquisas orientadas pelos planos de desenvolvimento científico e tecnológico e pela política científica implantada nessa época, visando transformar a participação do país no desenvolvimento científico, aumentando o contributo para o progresso da ciência mundial.

A realidade desenvolvimentista da segunda metade do século XX no Brasil, apresenta uma conjuntura marcante com a compreensão de elaboração de Planos de Desenvolvimento Nacional, Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como a criação de uma Política Científica e Tecnológica.

Conforme Pereira (2011) as bases do desenvolvimentismo brasileiro neste momento eram as seguintes: 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente.

De forma indireta estes princípios do desenvolvimentismo orientaram o planejamento das bibliotecas universitárias brasileiras neste momento histórico. Assim, temos que, naquele momento grande parte das pesquisas científicas e tecnológicas se desenvolviam no ambiente das universidades públicas e neste ambiente as bibliotecas universitárias se constituíam em peças fundamentais de apoio informacional para os pesquisadores. Outro aspecto importante

da relação das bibliotecas universitárias brasileiras e o desenvolvimentismo relaciona-se ao princípio do planejamento estatal como elemento definidor do desenvolvimento que se deseja. Desta forma, o planejamento bibliotecário se soma a tantos outros planejamentos desenvolvidos no âmbito do Estado brasileiro.

Após esta análise histórica sobre o planejamento bibliotecário e sobre o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU evidencia-se que o planejamento constituiu-se numa ferramenta de gestão extremamente efetiva pois gerou no âmbito das bibliotecas universitárias participantes deste programa a racionalidade gerencial necessária para a realização de diagnóstico e prognósticos; bem como; a criação de indicadores e padrões de qualidade para a prestação de serviços bibliotecários e a criação de redes/sistemas de bibliotecas. Neste ambiente gerencial as bibliotecas universitárias brasileiras se constituíram em fontes de informação atualizadas e partes fundamentais de um amplo sistema de informação científica e tecnológica. Este cenário passado coloca uma importante questão para o momento atual: Como estão as bibliotecas universitárias na contemporaneidade? As condições para o trabalho bibliotecário competente avançaram ou foram reduzidas?

O resgate histórico proposto neste texto evidencia a necessidade de pensarmos cenários para as bibliotecas universitárias brasileiras a partir do atual contexto de digitalização de serviços e produtos de informação e das infinitas possibilidades de trabalho cooperativo, bem como, para a formação adequada de bibliotecários para atuarem de forma competente neste cenário desafiador. Concluindo, considera-se que as lições do passado podem nos auxiliar a pensar os problemas do presente e planejar o futuro de nossas bibliotecas universitárias. Neste sentido que o conhecimento do passado nos auxilie a não repetir erros e no possibilite aprender e avançar com as experiências de sucesso.

Referências

CUNHA, M. L. **Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

CUNHA M. B.; DIÓGENES, F. C. B. **A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010**. 2016. Acessado em: 16 fev. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.11, n.1, p. 39-54. 2013.

FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GALBINSKI, J.; MIRANDA, A. **Planejamento físico de bibliotecas universitárias**. Brasília: PROIB, 1993.

GARCIA, M. L. A. **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: planejamento e permanência**. [s.l.]: [s. e]. 42 p. 1991. (Fotocopiado).

GOMES, H. E. A participação da Biblioteca Universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 63-78, 1975.

GRANJA, E. C. A biblioteca universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, p. 17-20, 1978.

KLAES, R. R. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções**. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília, Brasil,. 1991.

LIMA, E. A biblioteca no ensino superior. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 5, n. 2, 1977.

LUGO, M. E. S. Las bibliotecas universitárias en América Latina. **Ruciba**, v.5, n. 2, p. 105-108, 1983.

Martins, M. G. **Planejamento Bibliotecário**. São Paulo: Pioneira, 1980.

MERCADANTE, L. M. Z. (Coord.). **Análise de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais**. Brasília: MEC/SESu, 1990.

MIRANDA, A. Biblioteca Universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. **Anais do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 1978. Niterói: UFF/Núcleo de Documentação, p. 175-189. 1979. Acessado em: 20 de ago. 2016. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001624.pdf>

MIRANDA, A. **Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1977.

MIRANDA, A. **Bibliotecas dos Cursos de Pós-Graduação em Educação**. Estudo Comparado. Brasília: CAPES. 1977.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Caderno do Desenvolvimento**, v.6, n. 9, p. 121-141, jul./dez., 2011.

OLIVEIRA, S. M. M. de. Atitudes de Planejamento em Bibliotecários de Instituições Universitárias Brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 7, n. 1/2/3, 1995.

SABOR, J. E. *Desarollo del planeamento bibliotecário em America Latina*. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, p. 45-86, 1977.

SANTANA, I. V. Biblioteca Universitária e Transferência de Informação: problemas e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 35-44, 1989.

TARAPANOFF, K. Planejamento Bibliotecário: em busca de identidade. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, p. 229-236, jul./dez., 1987.